

FORMAÇÃO CONTINUADA NA MODALIDADE EDUCAÇÃO ESPECIAL: EXPERIÊNCIAS E DESDOBRAMENTOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE GUANAMBI, BAHIA, NO ANO DE 2024

Edineide Maria de Souza Santos

UNEB- edineideneuropsi@gmail.com

Introdução

A formação continuada de professoras da Educação Especial na perspectiva inclusiva é fundamental para a consolidação das políticas públicas inclusivas. Na Rede Municipal de Ensino de Guanambi, Bahia, essa formação revela-se estratégica diante da diversidade dos estudantes atendidos nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs). A legislação brasileira orienta que essa formação transcenda a atualização técnica, promovendo mudanças nas práticas pedagógicas e valorizando a diversidade (Brasil, 2008). As competências necessárias abrangem avaliação especializada, flexibilização curricular, uso de tecnologias assistivas e elaboração de planos individualizados (Glat; Fernandes, 2005). Este estudo analisa as ações formativas realizadas durante o ano de 2024, destacando o acompanhamento pedagógico e a escuta docente, concluindo que a formação situada, crítica e colaborativa fortalece o protagonismo docente e contribui para uma escola inclusiva, equitativa e sensível às singularidades.

Metodologia

A pesquisa adotou abordagem qualitativa, descritivo-analítica, com foco na compreensão dos sentidos atribuídos pelas professoras das SRMs às práticas formativas em Educação Especial, alinhadas aos princípios da inclusão. Tal escolha metodológica permite apreender a complexidade dos fenômenos educacionais em seus contextos reais, valorizando experiências e significados socialmente construídos (Bogdan; Biklen, 1994). Trata-se de uma pesquisa narrativa e participante, na qual a autora assume posição implicada como pesquisadora, formadora e coordenadora pedagógica, o que favorece uma leitura situada e transformadora da realidade (Nóvoa, 1995). O recorte

temporal compreende o ano de 2024, com foco na Rede Municipal de Ensino de Guanambi, especificamente nas ações formativas promovidas pela Superintendência de Ensino e Apoio Pedagógico (SEAP), destinadas a 42 professoras das SRMs, com atenção especial aos estudantes público alvo da Educação Especial.

O *corpus* empírico incluiu documentos institucionais do processo formativo (planejamentos, registros das ocorrências nas formações e escutas). Utilizou-se análise de conteúdo (Bardin, 2011), estruturada em pré-análise, exploração e interpretação, considerando categorias emergentes relacionadas às práticas docentes, desafios da inclusão e transformações pedagógicas.

Em consonância com os princípios da pesquisa participante (Thiollent, 2011), a investigação reconhece o envolvimento ético-político da pesquisadora como elemento para articular teoria e prática, contribuindo para a construção de uma cultura institucional inclusiva e para o fortalecimento das políticas educacionais.

Discussão e Algumas considerações

Durante o ano de 2024, foram realizados dez encontros formativos com professoras das SRMs da Rede Municipal de Guanambi, Bahia, com base nos princípios da Educação Especial na perspectiva inclusiva. A proposta ancorou-se em uma abordagem contínua, dialógica e situada, articulando os marcos legais da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), que garantem o direito à educação em ambientes inclusivos e demandam a eliminação de barreiras pedagógicas, comunicacionais e estruturais.

As ações formativas foram construídas a partir de demandas reais do cotidiano escolar, identificadas por meio de acompanhamento pedagógico. Com isso, consolidou-se uma articulação efetiva entre teoria e prática, em espaços de escuta, reflexão e elaboração coletiva. Tal processo contribuiu para a resignificação das práticas pedagógicas e para o fortalecimento de uma cultura institucional inclusiva.

Os temas discutidos refletiram a complexidade do trabalho realizados pelas professoras nas SRMs e os múltiplos saberes exigidos: como o acolhimento do público-alvo da Educação Especial (PAEE), flexibilização curricular, uso de tecnologias

assistivas, avaliação na Educação Especial, marcos legais da inclusão e elaboração de instrumentos como o Plano Educacional Individualizado (PEI), o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) e o Protocolos de Conduta.

As escutas sistematizadas revelaram desafios significativos à efetivação da inclusão: superlotação das turmas, ausência de cuidadores especializados, fragilidade na articulação entre políticas públicas e escassez de formação para docentes da sala comum. Esses pontos confirmam a necessidade de suporte institucional e condições concretas de trabalho, conforme apontado por(Glat; Fernandes 2005).

Apesar dos obstáculos, os impactos positivos foram evidentes. As professoras relataram avanços no planejamento pedagógico, especialmente na personalização de estratégias. Observaram-se maior segurança na elaboração de documentos orientadores, ampliação do diálogo com as famílias e fortalecimento de práticas colaborativas entre os professores SRMs e demais setores escolares.

Essa experiência reafirma a centralidade da formação docente para a efetivação das políticas de inclusão. A escuta ativa das professoras e a análise crítica dos contextos permitiram a construção de saberes pedagógicos situados e a elaboração de instrumentos que sustentam a prática inclusiva. O acompanhamento pedagógico contínuo configurou-se como espaço de reflexão, devolutiva qualificada e diálogo entre os sujeitos do processo educativo.

Ainda assim, persistem desafios estruturais: sobrecarga docente, insuficiência de profissionais, fragilidades na articulação intersetorial e carência de formação para professores da sala comum. Tais elementos convergem com as análises de (Mantoan, 2006) e (Mittler, 2003), que alertam para os riscos de uma inclusão meramente formal, descolada das transformações culturais e institucionais necessárias.

Diante disso, destacam-se três diretrizes para o fortalecimento da política inclusiva em Guanambi: (1) institucionalização de programas intersetoriais entre educação, saúde e assistência social; (2) ampliação das equipes técnicas e do número de vagas destinado ao atendimento ao público alvo da educação Especial; e (3) valorização da escuta docente como fundamento legítimo para o planejamento pedagógico. Conclui-se que a formação continuada situada, interativa e colaborativa possui elevado potencial de transformar o cotidiano escolar e consolidar práticas inclusivas efetivas, desde que articulada a condições institucionais concretas e escuta qualificada dos sujeitos



envolvidos.

Palavras-chave: formação docente; educação especial; inclusão escolar.

Referências Bibliográficas

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.